

# JE

# Jornal dos Economistas

Nº 313 Agosto de 2015

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

## Rio2016

Na contagem regressiva para os Jogos Olímpicos de 2016, Juca Kfourri, Carlos Vainer, Christopher Gaffney, Alfredo Sirkis, Joaquim Monteiro e o Fórum Popular do Orçamento discutem os aspectos econômicos, legados e impactos sociais do evento.



### Encontro

V Encontro de Economia  
da Região Sudeste discute  
crise econômica



## Rio2016

Agosto marcou o início da contagem regressiva de um ano para o início dos Jogos Olímpicos de 2016. Esta edição dedica-se a discutir o megaevento sob o ponto de vista econômico.

Uma entrevista com o jornalista Juca Kfourri abre o bloco temático. Ele afirma que os Jogos podem repetir o sucesso da Copa para a imagem do Brasil no exterior, mas que pagaremos uma conta "salgada". Juca aponta a contradição de o país organizar uma Olimpíada sem uma política de esportes.

Carlos Vainer, do Ippur/UFRJ, aponta em artigo os beneficiados pelos Jogos: grandes proprietários de terra, capitais engajados na promoção imobiliária, interesses que controlam transportes e outros serviços públicos, bancos, grandes empreiteiras e grandes grupos de comunicação.

Christopher Gaffney, da Universidade de Zurique, ressalta em artigo que não há estudos que demonstram que os megaeventos esportivos trazem benefícios econômicos para as cidades e países-sede. O autor também relativiza os ganhos de imagem e receita tributária, e afirma que os verdadeiros beneficiados são os ricos e os políticos.

Entrevista com Alfredo Sirkis enfoca o projeto de revitalização da Zona Portuária, que, apesar de ser anterior à escolha do Rio para sede das Olimpíadas, pode ser incluído no bojo do legado do evento. Principal idealizador da reforma, Sirkis historia a concepção do projeto, comenta a execução e diz que ainda é cedo para avaliar o sucesso da empreitada.

Joaquim Monteiro, presidente da Empresa Olímpica Municipal, responsável pela coordenação da execução dos projetos e atividades municipais relacionados aos Jogos, aponta em entrevista os legados do evento para o Rio.

O artigo do FPO apresenta dados orçamentários municipais e estaduais relacionados aos Jogos para embasar a tese de que as obras do evento servem a um projeto excludente e de concentração econômica, que beneficia as cinco grandes empreiteiras brasileiras.

Fora do bloco temático, uma matéria sintetiza o rico debate sobre as principais questões econômicas brasileiras, que aconteceu no V Encontro de Economia da Região Sudeste, realizado no Rio em 6 e 7 de agosto.

## Sumário

Entrevista: Juca Kfourri .....	3
<b>“A Olimpíada pode repetir a façanha da Copa do Mundo, porque somos um povo cativante e o Rio é lindo, mas a conta vem depois e será salgada.”</b>	
Rio2016 .....	4
<i>Carlos Vainer</i>	
<b>Rio Cidade Olímpica: medalha de ouro em desperdício e desigualdade</b>	
Rio2016 .....	6
<i>Christopher Gaffney</i>	
<b>Me engana que eu gosto – as falsas promessas da Rio 2016</b>	
Entrevista: Alfredo Sirkis .....	8
<b>“A revitalização da Zona Portuária está a meio caminho e não dá para saber nesse momento se será um grande sucesso. O desafio é promover a moradia de classe média, atrair pessoas solteiras, jovens casais e estudantes para morar na região.”</b>	
Entrevista: Joaquim Monteiro.....	11
<b>“Os benefícios dos projetos diretamente ligados aos Jogos Rio 2016 já existem.”</b>	
Fórum Popular do Orçamento .....	13
<b>Rio 2016 e as empreiteiras que já venceram antes do jogo começar</b>	
Debate aprofundado marca .....	16
<b>V Encontro de Economia da Região Sudeste</b>	
<b>Edital de convocação para eleições</b>	
<b>Carteiras profissionais</b>	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br) ou [www.radiolivream.com.br](http://www.radiolivream.com.br)

## “A Olimpíada pode repetir a façanha da Copa do Mundo, porque somos um povo cativante e o Rio é lindo, mas a conta vem depois e será salgada.”

A postura independente e crítica é a marca de Juca Kfouri, um dos pioneiros do jornalismo investigativo no setor esportivo. Os programas, colunas, seções editadas e blog do jornalista, que trabalhou nas últimas décadas nos principais veículos de imprensa brasileiros, vão além da cobertura rotineira das competições e procuram desnudar os bastidores, por vezes escusos, do bilionário negócio do Esporte.

**P: Afinal, as Olimpíadas 2016 serão boas para o Rio e Brasil, ou não?**

R: Serão boas para a parte mais privilegiada do Rio e nada boas para o país, que sequer uma Política de Esportes tem. Olimpíadas coram uma Política, jamais são o primeiro passo.

**P: Quais serão os principais legados econômicos e de infraestrutura dos jogos para o Rio?**

R: Acho que uma parte da cidade está sendo revitalizada ou modernizada. O preço dos desalojamentos nunca é computado e é fundamental que se saiba quanta arbitrariedade está sendo cometida com famílias e mais famílias mandadas para longe de seu habitat.

**P: Os custos são condizentes com o investimento público que está sendo feito?**

R: A tomar por base que praticamente as mesmas pessoas que fizeram o Pan de 2007 estão fazendo as Olimpíadas, a resposta, infelizmente, é não. Porque seriam gastos 400 milhões de dinheiro público e foram gastos quase 4 bilhões, com reprovação explícita do Tribunal de Contas da União, que só não indiciou os responsáveis porque, segundo o próprio TCU, não havia experiência em megaeventos no Brasil...

**P: Quais são as oportunidades perdidas? No que o projeto olímpico falha em não contemplar?**

R: As oportunidades perdidas vêm de séculos sem que houvesse uma mentalidade esportiva no Brasil, que pensasse a prática de esportes como fator de saúde pública, de prevenção de doen-

ças. Segundo um antigo estudo da Organização Mundial da Saúde, cada dólar investido na democratização do acesso à prática esportiva significa a economia de três dólares em saúde pública.

**P: Uma das críticas ao projeto é a opção pela concentração de eventos e novos equipamentos na Barra, área nobre da cidade, ao invés de situá-los na Zona Portuária ou outras áreas degradadas. Os organizadores defendem que esta opção foi necessária para vencer a disputa para sediar dos jogos. Bom, de qualquer forma, a reforma da Zona Portuária está acontecendo. Como você avalia?**

R: Avalio como a visão elitista de quem pensa a cidade como empresa, que, em vez de olhar para seus cidadãos, olha para cada setor como unidades de negócio.

**P: O que ainda pode ser feito para maximizar o legado neste ano que falta para a realização dos jogos?**

R: Eu diria que agora é tarde e que o jogo está jogado. É correr para não passar vexame.

**P: A Olimpíada do Rio será um marco para o chamado esporte amador brasileiro? Quais são os ganhos? Poderia ser melhor?**

R: Não existe esporte amador mais. Todos são profissionais. Ganhar medalhas, até com atletas que nem brasileiros são, que estão sendo naturalizados para tal como no polo aquático, é botar o carro adiante dos bois. É da quantidade que teríamos de tirar a qualidade e não de laboratórios artificiais.



**P: A Copa do Mundo no Brasil foi considerada um sucesso em termos de organização. Você concorda? Você espera o mesmo das Olimpíadas? A crise econômica do país vai prejudicar a realização das Olimpíadas?**

R: A Copa do Mundo foi um sucesso para a imagem do Brasil lá fora. Ponto. É inegável.

Mas está longe de ter sido um sucesso aqui dentro. Mais da metade das obras nas cidades não foi entregue. Construíram-se elefantes brancos em Manaus, Cuiabá, Natal e Brasília. O estádio da abertura da Copa, em Itaquera, em São Paulo, não está pronto até hoje e o novo Maracanã dá prejuízo. Que “sucesso” foi este? Só para quem tem hímen complacente...

A Olimpíada pode repetir a façanha, porque somos um povo festeiro, cativante, hospitaleiro, porque o Rio é lindo, a atmosfera será brilhante etc. etc. etc. Mas a conta vem depois e será salgada.

Como sabem os caros economistas, não é só almoço grátis que não existe. Não existem Copas do Mundo nem Olimpíadas de graça. Mas existem escândalos que envolvem quem as promove, como a Fifa, a CBF, as empreiteiras...

# Rio Cidade Olímpica: medalha de ouro em desperdício e desigualdade

Carlos Vainer\*

A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro constitui o desenlace da trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs entre nós. Ela expressa também a consolidação de uma nova coalizão de poder local, que, embora submetida a vicissitudes e dissidências, inaugurou-se e conformou-se sob a égide do prefeito Cesar Maia<sup>1</sup>. Momento simbólico, senão fundador, desta concepção certamente foi a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, levada a cabo em 1993 e 1994. Este plano nasceu de acordo firmado em 22 de novembro de 1993, entre, de um lado, a Prefeitura do Rio de Janeiro, e, de outro lado, a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN). O financiamento do Plano – envolvendo do pagamento de consultores nacionais e estrangeiros ao marketing – foi assegurado pelo Consórcio Mantenedor do PECRJ, integrado por 46 empresas e associações empresariais.

O plano foi aprovado em 1994. Prefeitura, ACRJ, FIRJAN e grandes grupos econômicos proclamavam, com a bênção de consultores catalães da empresa Tecnologías Urbanas Barcelona S.A., a nossa vocação olímpica:

“A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilida-

des. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996:52).

O dossiê da candidatura para sediar os Jogos de 2004 também foi elaborado pelos catalães, os mesmos que, em 2010, após a vitória da candidatura para as Olimpíadas de 2016, retornam para, uma vez mais, nos ensinarem a fazer da Cidade Maravilhosa uma Barcelona, em evento com o sugestivo nome de “Olimpíadas e a Cidade – Conexão Rio-Barcelona”. Em 2010, como há 15 anos atrás, as mesmas personagens, o mesmo projeto, a mesma retórica... o mesmo negócio<sup>2</sup>.

Mas, afinal de contas, que coalizão é esta que hoje, hegemônica, impõe sua lógica, interesses e retórica à cidade? Que concepções de cidade subjazem e resultam deste processo?

Quanto à composição da coalizão, está explicitada na lista das corporações que integraram o consórcio e que dominam a ACRJ e a FIRJAN: os grandes proprietários de terra, os capitais engajados na promoção imobiliária, os interesses privados e privatistas que controlam transportes e outros serviços públicos, os bancos, as grandes empreiteiras, grandes grupos de comunicação, as elites da cidade de modo mais amplo.

A afirmação da concepção e retórica coube aos refinados consultores catalães, cuja legitimidade vinha do alardeado sucesso de Barcelona (e de seu projeto olímpico). A cidade, na era da globalização, deve se comportar como

uma empresa e adotar estratégias competitivas no mercado mundial de cidades. Através da oferta de infraestruturas, serviços, amenidades, mas também paz social e benefícios fiscais abundantes, cada cidade deverá buscar atrair capitais, turistas, eventos... ou será condenada ao lixo da história, ou, se se prefere, à condição de cidade marginal que não conseguiu alcançar a “cidade global” – ou melhor, “global city”.

Cidade empresa, cidade mercadoria, a coalizão local de poder deve articular seus interesses àqueles de grupos econômicos nacionais e internacionais (Vainer, 2009 a, 2009 b). Os megaeventos esportivos constituem um dos meios, certamente não o único, para promover tal articulação. Ademais, prometem premiar os detentores do poder político com a popularidade que normalmente cerca o esporte e as grandes competições – notadamente, entre nós, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas de Verão.

Mas tal processo não pode ser adequadamente descrito e compreendido se não se tem em vista que estes mesmos megaeventos passaram por profundas transformações nos últimos 40 anos, que fizeram de torneios esportivos um grande negócio. Em torno da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional se organiza um vasto cartel de grandes capitais: os patrocinadores, os detentores dos direitos de transmissão, as grandes empresas de consultoria e serviços associados aos eventos. Há poucos anos atrás, apenas



para citar um exemplo, somente atletas amadores podiam participar das Olimpíadas e não se admitia a associação de qualquer marca empresária ao evento. Hoje, isso parece tão distante quanto o tempo em que os animais falavam.

A relação entre cidade e megaevento está, pois, apoiada nas relações de cooperação e associação que se estabelecem entre o cartel da indústria global de eventos e a coalizão local/nacional que acolherá o espetáculo. Certamente, dependendo da natureza e composição, objetivos e interesses dominantes local e nacionalmente, o resultado poderá ser distinto. Assim, por exemplo, nos casos dos Jogos Olímpicos de Pequim e da Copa do Mundo da África do Sul, não obstante a relevância dos poderosos interesses econômicos em jogo, os objetivos políticos dos dois estados nacionais e de seus líderes foram decisivos.

No caso brasileiro e do Rio de Janeiro, a própria mobilização

maciça das populações urbanas em 2013 deixou às claras o caráter espúrio do grande negócio armado e alimentado com abundantes recursos públicos – federais, estaduais e municipais. Renúncias fiscais de todo tipo, financiamentos públicos a juros subsidiados para construir elefantes brancos e implantar projetos ditos de “mobilidade” que desprezam totalmente as necessidades quotidianas da população para irrigarem a especulação em latifúndios urbanos que se valorizam de maneira absurda em virtude de investimentos públicos. Isso para não falar dos exclusivos comerciais oferecidos aos que fazem parte do cartel, como a proibição de comercialização no entorno dos estádios de marcas e produtos que não sejam dos “patrocinadores”. Ou a entrega, gratuita, pelo poder público, do controle total sobre espaços (públicos) publicitários... Eles são neoliberais mas adoram um monopólio!

Quanto se gastou na Copa do Mundo? Quanto se está gastando com os Jogos Olímpicos? Quem são os beneficiários destes dispêndios? Numa cidade em que 40% dos domicílios não dispõem de tratamento de esgoto, em que quase 20% da população vive em condições urbanas totalmente precárias, em que a educação e a saúde públicas são uma verdadeira tragédia, não se poderia admitir a concentração de recursos tão vultosos em obras e projetos tão irrelevantes. Cinquenta bilhões de reais

para a Copa, outros tantos para a Olimpíadas, ou mais, quem sabe? Na Área Portuária, cinco milhões de metros quadrados (Copacabana tem 4,5 milhões de metros quadrados) são entregues a um consócio privado a preço de banana, e recursos vultosos da Caixa Econômica Federal e do FGTS são afundados num projeto especulativo. No chamado Parque Olímpico, 1 milhão de metros quadrados são entregues a outro consócio privado. Nos dois casos, em que está presente uma mesma grande empreiteira, são privatizadas terras públicas que deveriam ser prioritariamente consagradas à habitação de interesse social, se fossem respeitadas a legislação federal (Lei 11.124, de 16/06/2005, art. 4º), Constituição Estadual do Rio de Janeiro (art. 233) e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (art. 437).

Enquanto recursos, equipamentos e terras públicas são transferidos para grandes grupos privados, de 80 a 100 mil pessoas são removidas pela força, para ceder espaço aos grandes empreendimentos e a obras viárias que reiteram e reproduzem a lógica espúria de uma extensão ilimitada das fronteiras da malha urbana – leia-se das fronteiras do mercado especulativo de terras. Em muitos casos, a implantação de projeto viário ou equipamento esportivo é apenas o pretexto para um verdadeiro processo de limpeza social e étnica, que aprofunda a desigualdade e a segregação ur-

banas. Na Vila Autódromo, vizinha ao Parque Olímpico, isso não poderia ser mais claro: como denunciou o Instituto de Arquitetos do Brasil, a Prefeitura desrespeita o projeto vitorioso em concurso público e arrasa um bairro de cerca de 500 famílias.

Largo do Campinho, Arroio Pavuna, Vila Recreio II, Vila Harmonia, Restinga, Vila do Tanque, Rua Quáxima, Rua Domingos Lopes, Vila União, Notredame, Vila do Amoedo, Colônia Juliano Moreira, Asa Banca, Vila Azaléa, Taboinha, Metrô Mangueira, Aldeia Maracanã, Favela Belém-Belém, Sambódromo: bairros e comunidades populares destruídos ou ameaçados. Após as jornadas de 2013, em alguns casos, como no Morro da Providência, a resistência foi capaz de arrefecer a sanha expulsora dos detentores do poder e reduzir alguns números. Onde a resistência foi derrotada, as famílias expulsas são mandadas muitas vezes para conjuntos afastados até 60 km de sua moradia, sem infraestrutura, escola, transporte. Outras recebem um ridículo aluguel “social”.

“É ouro”, proclamará vibrante o locutor da rede que monopolizará a transmissão. Essa medalha de ouro já é nossa e ninguém tasca: estamos fazendo os Jogos Olímpicos mais caros do mundo, estamos transferindo a mais vultosa massa de recursos públicos para grupos privados e estamos engendrando a Cidade Olímpica mais injusta e desigual do mundo.

\* É professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Ippur da UFRJ.

1 O reinado de Cesar Maia se estende por mais de 15 anos, já que assumiu pela primeira vez a prefeitura em janeiro de 1993. Eleito pelo PDMB, filiou-se ao PFL em 1995. Foi prefeito por três mandatos (1993-1996, 2001-2004 e 2005-2008). Luiz Paulo Conde (1997-2000) e Eduardo Paes (assumiu em 2009) emergiram para a política local sob a tutela, e, como afilhados de Cesar Maia, apesar de diferentes estilos pessoais, mantiveram, no essencial, as mesmas orientações, práticas e retóricas.

2 Às vésperas do Fórum Urbano Mundial, em março de 2010, o evento foi promovido pelo IAB-RJ, presidido por Sérgio Magalhães, que ocupou posição de destaque nos governos municipais de Cesar Maria e Luiz Paulo Conde. Participaram, entre outros, o Ministro dos Esportes, o Governador Sergio Cabral, o Prefeito Eduardo Paes, o ex-prefeito Luis Paulo Conde e consultores internacionais. Do lado catalão, lá estavam Paqual Maragall e o calejado ex-sociólogo e consultor internacional de renome Jordi Borja. Vale a pena mencionar que o evento contou com o apoio da Câmara Oficial Espanhola de Comércio, Embaixada da Espanha, Telefônica, Gás Natural, Grupo Agbar (catalão, com destaque na área de serviços urbanos, particularmente água e saneamento), Abengoa (grupo sevilhano da área de energia, transporte e telecomunicações), Banco Santander, empresa de consultoria Price WaterHouse Coopers, ACCiÓ (Acción para la Inovación e Internacionalización de la Empresa Catalá, empresa pública catalã consagrada a promover a internacionalização de empresas catalãs) e CB-CN (Clube Brasileiro-Catalão de Negócios).

## Referências bibliográficas

- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - 1996. Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio sempre Rio. Rio de Janeiro.
- Vainer, Carlos – 2009 a. “Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B.. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., pp. 75-103.
- Vainer, Carlos – 2009b. “Os liberais também fazem planejamento urbano: glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B.. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., pp. 105-119.

# Me engana que eu gosto – as falsas promessas da Rio 2016

Christopher Gaffney\*

O prefeito de Boston anunciou recentemente que ele não apoiaria mais a candidatura da cidade para as Olimpíadas de 2024 porque ele não queria jogar a responsabilidade fiscal nos contribuintes. Sem essa garantia é impossível sediar os Jogos e o Comitê Olímpico Americano saiu da disputa. Além de evitar suicídio político, o prefeito declarou o que todo o mundo já sabe: os megaeventos esportivos não dão retorno econômico.

Não há estudos que demonstrem que os megaeventos esportivos trazem benefícios econômicos para as cidades e países-sede. As previsões de acúmulo econômico são sempre exageradas e os custos subestimados, principalmente porque as instituições que as produzem são pagas para serem otimistas. Os argumentos econômicos para sediar esses eventos são baseados em pressuposições falsas que são facilmente identificadas e derrubadas.

O primeiro é que o estímulo financeiro devido aos projetos de infraestrutura dará mais emprego e gerará infraestrutura que beneficiaria a cidade em longo prazo. Na verdade, os empregos gerados são de curto prazo e de baixa competência e renda; os cargos mais especializados utilizam mão de obra não local (e os salários são mandados para fora) e as empresas que se beneficiam dos contratos ou são nacionais ou internacionais, garantindo que o dinheiro entre em

circuitos maiores e não permaneça no local. É melhor pensar nos gastos públicos bilionários como um subsídio para as empreiteiras de construção civil, turismo, mídia e hoteleira. Para garantir a participação dessas empresas, o gover-

no abre mão de impostos, abrindo um terreno fértil para a extração de dinheiro. Embora haja empregos gerados no contexto local, não há evidência que esses empregos não seriam gerados sem os Jogos.

O segundo argumento é que o

evento circulará a imagem da cidade mundo afora, e através dessa exposição, empresas, turistas e multinacionais virão, inserindo mais dinheiro no contexto local. Tipicamente, as cidades-sede dos eventos perdem turistas em nú-



meros absolutos e vivenciam uma diminuição de atividade econômica no ano do evento. Os efeitos de causalidade que ligam o evento esportivo e o deslocamento de empresas para a cidade são impossíveis de mensurar. Por exemplo, o argumento para ter Cuiabá como cidade-sede da Copa foi que o nome da cidade seria espalhado pelo mundo afora e daí colocado no mapa. Na realidade, o que foi exposto foi a inabilidade de planejar o transporte público e completar obras dentro do orçamento e tempo – sinais claros para os empreiteiros evitarem Cuiabá.

O terceiro argumento é construído nas costas do segundo e insiste que a cidade enriqueceria através de um aumento em impostos recolhidos das novas empresas, turistas etc. Se esse aumento de fato acontecer, pode ser uma ideia interessante num país nórdico, onde a distribuição da riqueza do Estado é mais igualitária. Mas tratamos do caso do Rio de Janeiro, cidade rica com uma péssima

distribuição de renda. Mais renda não resolve os problemas do Rio. Os fanfarrões olímpicos nunca querem debater o destino futuro deste dinheiro.

Se podemos descartar o argumento econômico para sediar uma Copa ou uma Olimpíada, temos que pensar em outras razões para sua realização. Recentemente assisti um congresso de marketing esportivo em Hamburgo, Alemanha, uma cidade cuja elite está tomada pela febre olímpica, querendo candidatar-se para os Jogos de 2024. Lá, o discurso sobre os jogos é voltado para a “renovação portuária”, a promoção internacional da “cidade mais linda do mundo”, e “a chance única” que os jogos oferecem para unir a população. Eles dizem que “podem fazer melhor” do que Rio, Sochi ou Londres, sem dar a mínima evidência. Eles são espertos demais para usar o argumento econômico. Mesmo assim, a candidatura é promovida pela associação de comerciantes da cidade e fortalecida através de uma campanha emocional articulada pelas mais sofisticadas empresas de marketing. Depois de ouvir palestras dos economistas ali presentes neste congresso que não há chance de retorno econômico, um deles indagou: “porque os ricos não podem ter uma festa também?”

O argumento real é nítido: megaeventos esportivos servem para a

acumulação de capital para os mais ricos. É uma forma legitimadora para realizar a transferência de dinheiro público para mãos privadas. A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos são *business models* extrativos, móveis e parasíticos que mobilizam paixões, emoções e mitos para a finalidade de acumulação de capital.

Os políticos acumulam capital político (tipo Lula associando-se com os líderes globais ou Eduardo Paes assumindo a chefatura do C-40 e depois se candidatando à Presidência da República), os empreiteiros enriquecerem através dos subsídios públicos (Carvalho Hosken e a Vila Olímpica ou Odebrecht e o Maracanã), os pobres perdem suas casas, a classe média perde capital através de especulação imobiliária e inflação, e quase todos os cidadãos perdem a normalidade de suas vidas durante os sete anos de preparação e veem suas ruas tomadas pela polícia e pelos turistas durante o mês do evento. O debate público é mantido refém do evento e o planejamento urbano é distorcido para atender a demandas inventadas. A cidade é colocada em xeque através dos choques de ordem, tropas de elite, e a ansiedade de performance em frente de uma audiência global.

E que resta para a cidade do Rio a um ano da Olimpíada? Temos novas linhas de transporte que encurtam o tempo entre algumas regiões da cidade e Barra da Tijuca. Mas essas são as linhas que a cidade precisava? Muito dinheiro foi liberado para construir infraestrutura para os Jogos e sem os eventos é provável que o Rio de Janeiro não tivesse o mesmo fluxo de caixa. Mas o que foi feito com este dinheiro foi para atender as demandas do evento ou foi para re-

almente melhorar a mobilidade na cidade? As linhas do BRT já estão saturadas, o metrô é uma farsa, as barcas melhoraram muito pouco, o chamado VLT não alcança um décimo das linhas de bonde que o Rio tinha 75 anos atrás e o trem transporta 40% de sua capacidade da década de 1960.

A cada semana a prefeitura lança um novo programa de “Legado Olímpico” para vender o que já foi comprado pelo público. Ao longo do processo os projetos do Rio 2016 foram mudados, alterados ou descartados. O prometido Morar Carioca morreu uma vez que o prefeito ganhou seu capital político. A UPP Social nunca foi executada, ao mesmo tempo em que a polícia continua matando. O Porto Maravilha foi adicionado ao projeto olímpico depois da candidatura, e no lugar mais histórico do país estamos vendo a construção do Museu do Amanhã – uma negação do lugar e um novo ícone global do desperdício de dinheiro.

Desde que o nome do Rio de Janeiro foi tirado do envelope naquele dia em Copenhague, a cidade vive uma constante crise. A crise mais nítida não é econômica, mas sim democrática. A instalação de um regime de exceção presidido pelo prefeito e o governador se combinou a regimes de isenção para as empresas e regimes de decepção por parte da mídia tradicional. Sabemos que os argumentos que propõem os megaeventos como benéficos para a população são falidos. É em face deste fato que entendemos os megaeventos como mecanismos de acumulação de poder e capital em todas as suas formas.

\* É pesquisador sênior do Departamento de Geografia da Universidade de Zurique.



**“A revitalização da Zona Portuária está a meio caminho e não dá para saber nesse momento se será um grande sucesso. O desafio é promover a moradia de classe média, atrair pessoas solteiras, jovens casais e estudantes para morar na região.”**

Idealizador do projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio, Alfredo Sirkis relata nesta entrevista como a ideia foi concebida, começou a ser implantada no governo Cesar Maia, ganhou força na administração de Eduardo Paes e beneficiou-se da escolha do Rio para sede da Olimpíada de 2016. Estudioso das experiências mundiais similares, Sirkis aponta os méritos da reforma no Rio, mas pondera que ainda é cedo para decretar o sucesso da revitalização da região.



**P: Como foi concebido o projeto de revitalização da Zona Portuária?**

R: Eu anunciei em dezembro de 2000, quando tinha acabado de ser indicado secretário de Urbanismo, que iria priorizar a revitalização da área portuária. Isso foi em uma reunião com o segmento empresarial da construção civil, e eles ficaram olhando para mim como se eu estivesse completamente louco. Eu tinha tomado contato com a revitalização de áreas portuárias nos idos de 1992, quando era vereador, e o então prefeito Marcello Alencar me mandou para uma reunião em Veneza sobre *waterfronts*. Eu tomei contato com o que estava acontecendo no mundo: Roterdã, Canary Wharf, Cidade do Cabo e Hong Kong. Com a mudança de tecnologia de operação portuária, os cais em linha com grandes ar-

mazéns tinham caído em desuso. O transporte marítimo de carga estava usando basicamente contêineres, que precisavam de áreas em profundidade com ligação com ferrovias e rodovias para serem tirados, e isso tinha provocado um abandono muito grande de uma série de instalações do porto tradicional e levado bairros portuários a um processo de decadência. Começou a se pensar em dar outros usos para essas instalações e revitalizá-las, transformando-as em um ingrediente de atratividade para o turismo.

Eu fui candidato a prefeito em 2000, no primeiro turno, e no segundo turno apoiei o Cesar Maia em troca de um acordo programático que conteve uma revitalização da área portuária. Acumulei a secretaria de Urbanismo e a presidência do IPP, e o IPP, como

órgão de planejamento, me permitiu formar uma equipe excelente totalmente dedicada ao planejamento para a revitalização da área portuária. Foi a primeira vez que a prefeitura da cidade se envolvia com a ideia da revitalização da área portuária; antes houve projetos desconexos, ou projetos sobre coisas específicas. Eu fiz um trabalho incessante de mobilização em torno da ideia, a gente desenvolveu esses projetos dialogando e montando estruturas participativas. De 15 em 15 dias fazia uma reunião com todos os atores sociais da área portuária para discutir projetos, receber críticas e tudo. Aquela era uma região em profunda decadência naquele momento, tanto nas suas atividades econômicas quanto de moradia. A população tinha caído em aproximadamente 40%.

**A minha ideia tinha certos**

**princípios: equilíbrio entre o novo e a recuperação do antigo; atrair moradia de classe média e dosar muito bem o uso residencial com os usos de escritório e comercial; e dar uma injeção na economia local.**

O prefeito Cesar Maia não tinha uma grande afinidade com a ideia da revitalização da área portuária em si, mas queria o projeto do museu Guggenheim. Então houve uma espécie de casamento de interesses, mas desde o início houve problemas. Um vereador conseguiu uma liminar na justiça contra o projeto do museu. Num determinado momento o Cesar perdeu a paciência, me chamou e disse: Sirkis, não vamos mais fazer porra nenhuma na área portuária, vamos suspender todas as licitações. A única coisa que o Cesar topou continuar fazendo foram a Vila Olímpica da Gamboa e a Cidade do Samba.



Na campanha de 2008 do Gabeira, a revitalização da área portuária era o carro-chefe. Ele perdeu a eleição por pouco e quatro dias depois da eleição o Eduardo Paes me ligou, dizendo: Sirkis, a gente trocou umas cotoveladas na época da campanha, mas vamos esquecer isso, eu me interessei muito pelo seu projeto da área portuária.

**P: Antes da escolha do Rio como sede das Olimpíadas, então...**

R: Sim, bem antes. Eu fui à FGV e passei umas quatro horas apresentando o projeto para o Eduardo, depois para o Felipe Góes, que presidiu o IPP. Eles gostaram e aí de fato começaram a executá-lo, em condições infinitamente mais favoráveis. O Cesar tinha uma relação muito hostil tanto com o governo do estado quanto com o governo federal, enquanto o Eduardo tem uma relação boa com os dois.

Na verdade, o convênio com o governo federal foi assinado na época do Cesar, foi um trabalho de articulação de mais de dois

anos que eu fiz, tentando trazer o governo federal para o projeto, porque era fundamental; os terrenos eram federais, sem o governo federal, nada feito.

Eduardo Paes comprou a ideia. Eu dei dadas sugestões, conselhos. Era vereador na época, e ajudei a aprovar projetos de lei para a área portuária, mas gradualmente fui perdendo contato e influência sobre o processo.

**A escala do projeto ficou muito maior do que a escala com a qual eu trabalhava na época que era secretário de Urbanismo e presidente do IPP. Nós trabalhávamos com investimentos apenas da prefeitura, então na nossa melhor hipótese estávamos falando de R\$500 milhões. Hoje o projeto envolve quantias maiores que R\$3 bilhões.**

**P: Esse aumento foi em função da Olimpíada?**

R: Eu acho que a Olimpíada influenciou nesse aumento. O projeto pegou carona na Olimpíada.

**P: Seu projeto incluía a derrubada da Perimetral?**

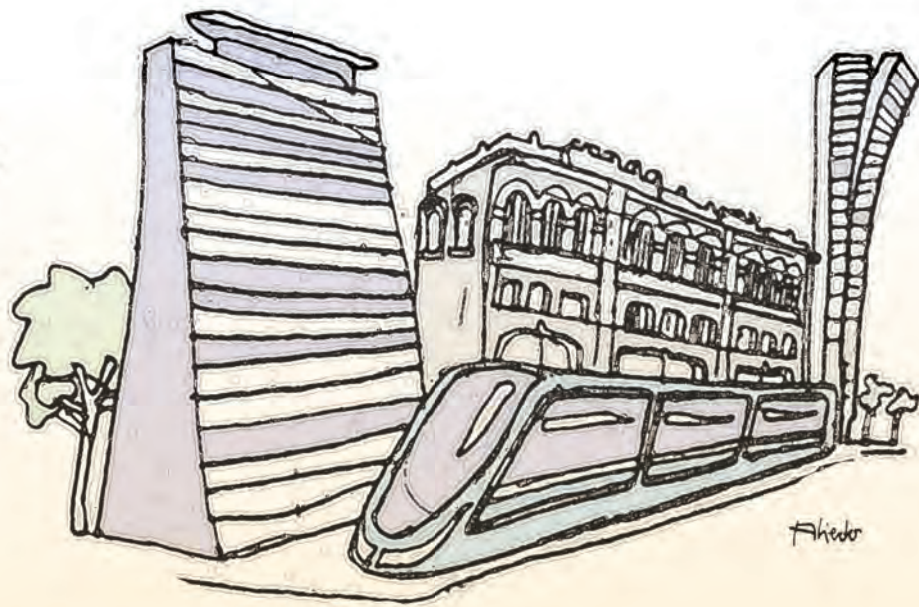
R: Não. Hoje eu reconheço que foi bom tirar o Elevado. Na época, com todas as circunstâncias políticas que a gente já tinha, essa era uma sarna que eu não queria coçar, mas nas circunstâncias do Eduardo, foi provavelmente a medida correta. Eu discordo de transformar em via expressa a parte da Rodrigues Alves entre o Armazém 7 e o 18, porque acho que no futuro aqueles armazéns serão ocupados pela revitalização e uma via expressa ali, dificultando o acesso das pessoas aos cais naquele ponto, não me parece a melhor solução. Eu teria mantido o viaduto naquela parte, do 7 ao 18, e retirado a parte anterior. Nós fizemos um projeto de recuperação paisagística da base da Perimetral, era um projeto superbacana, sobretudo de noite. Eu acho que nessa parte entre o Armazém 7 e o 18 poderia ter havido um trabalho paisagístico no viaduto. Teria feito uma certa economia sem criar

essa coisa de que, quando aquilo funcionar, você vai ter uma via expressa segmentando o cais naquele trecho do bairro.

**P: Essa forma de financiamento por meio das CEPACs já estava prevista no seu projeto?**

R: Na minha época trabalhávamos com uma ideia baseada um pouco na Corporación Puerto Madero, uma empresa em parceria federal-municipal, que juntasse os terrenos em uma mesma cesta e começasse, inclusive, a vendê-los, usando o produto da venda para implantar infraestrutura. Mas antes disso o governo federal precisava exonerar todos os terrenos dos problemas que tinham, processos trabalhistas, titularidades.

Eu era um defensor da ideia de transferência de índices construtivos e de CEPACs, mas não acreditava que a CEPAC fosse um instrumento muito interessante para a área portuária, porque eu tinha dúvidas se isso poderia funcionar economicamente. Eu pensava que



a CEPAC era uma ideia para áreas mais valorizadas, como a Barra da Tijuca. A parte de parceria público-privada foi toda elaborada a posteriori.

**P: Você está satisfeito com os resultados?**

R: Eu acho que a área portuária é um grande *work in progress* e há um grande ponto de interrogação. Acho que em 2015 não é possível dizermos se é um sucesso ou não. É um sucesso na medida em que as obras de infraestrutura estão sendo encaminhadas. Trata-se de uma área da cidade que vai ter toda uma infraestrutura renovada. Os grandes pontos de interrogação que eu tinha na época são os mesmo que tenho agora: em primeiro lugar, necessidade fundamental de atrair o uso residencial de classe média para a área e também de baixa renda. Tem que se equacionar a possibilidade de oferecer uma moradia de qualidade atraente para uma classe média que se disponha. Como uma das coisas que aconteceu no bojo das Olimpíadas foi um aumento brutal no preço dos imóveis no Rio de Janeiro, tem que haver, de fato, um tratamento especial na área portuária que estimule pessoas solteiras, jovens casais, estudantes, sobretudo a galera mais jovem a morar na área portuária, e para isso você tem que criar uma série de atratividades. Além de todas as intervenções no espaço público, um esforço de atrair certo tipo de comércio vinculado ao uso residencial para aquela área: padarias, *delicatessens*, bares. Não está claro para mim, neste momento, o sucesso do uso residencial na área portuária e eu acho que ele não é uma coisa muito espontânea de mercado. Você tem que pressionar o mercado, encontrar as cenou-

ras e porretes necessários a induzir o mercado a fazer esse tipo de investimento na área portuária, porque é mais fácil fazer investimento para baixa renda, tipo Minha Casa Minha Vida, do que levar uma empresa de construção, que constrói basicamente para a classe média, a querer investir na área portuária. Não é uma coisa trivial.

Se não houver o uso residencial da classe média na área portuária, ela vai virar uma extensão do centro da cidade, com as deformações que o centro da cidade tem, dos quais a principal é a segregação de uso, que faz o Centro ter muito pouco uso residencial. Então para mim esse é o grande desafio; não sabemos se vai acontecer ou não.

A segunda coisa é você conseguir injetar recursos na economia local e realmente ajudar as pessoas da área portuária a crescerem junto com o projeto. Discute-se muito a questão da gentrificação, e eu acho que tem que se ter uma visão realista; em primeiro lugar, é uma região degradada, nos vinte anos anteriores quase metade da população tinha dado o pino-te, e, claro, com esse investimento todo vai valorizar muito todo tipo de imóvel da região, o que favorece os donos dos imóveis, mas não necessariamente quem mora nos imóveis. Tinha que haver toda uma ação social bem pensada para de fato ver essas situações. Claro que uma parte das pessoas vai querer vender, pois a propriedade aumentou de preço; isso não é necessariamente ruim. Mas tem que haver um cuidado em relação a esse tipo de processo para que ele não se torne deletério para alguns segmentos da população da área.

**Outro problema que eu vejo é a qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimen-**

**tos, que eu acho pouco cuidada e ruim. A área portuária, se você revitaliza e faz um investimento dessa qualidade, tem que tem uma arquitetura de ponta, inovadora, e não colocar essas caixas envidraçadas que eles estão colocando ali.**

**P: Como o quê?**

R: Aquele projeto da Odebrecht no Santo Cristo, por exemplo. Já não tem uso residencial, quando ali é fundamental, é um lugar extremamente apropriado para uso residencial, porque fica próximo ao Centro. Alguns empreendedores diziam na época que aquilo era 'a nova Laranjeiras'. Mas esse empreendimento da Odebrecht só tem hotel e prédio de escritórios. Eu vejo com certa preocupação a superoferta de prédios de escritório, porque qual foi a racional que eles tiveram ao conceder essa proporção de prédios de escritório? Era um negócio muito para a indústria do petróleo, muito na visão do pré-sal, do *boom* econômico, e eu acho que existe um risco muito grande de haver superoferta, de eles não conseguirem vender esses espaços todos. Daqui a mais ou menos um ano a infraestrutura estará toda implantada: VLT, ciclovias, a estrutura da Praça Mauá. Vai ficar uma área com atratividade. Agora, se ela vai atrair uso residencial suficiente para realmente virar um sucesso, se a oferta vai corresponder a uma demanda de escritório não sabemos.

E tem a questão dos equipamentos culturais, que é um caminho de sucesso garantido. Teve o MAR, tem o projeto do Calatrava, acho que vai ser uma coisa boa. Não sei como vai ficar o aquário com a crise da Petrobras, mas é um projeto interessante também. Já há um revival cultural da área portuária há um tempo, sobretudo

do na Sacadura Cabral e Livramento. Tem que se encontrar um esquema bem eficiente para realizar todos os restauros. Ao mesmo tempo em que se investe nas estruturas novas, tem que se investir no *retrofit* da parte antiga preservada. O charme da área portuária será justamente a convivência do velho com o novo. Eu acho que o novo não está sendo de boa qualidade arquitetônica, mas o velho vai ter um charme grande, se conseguir fazer esse *retrofit*.

**Um problema que precisa ser resolvido é o prédio da Imprensa Nacional, que hoje é ocupado pela Polícia Federal. Na minha época, fiz grandes esforços para tirar eles de lá. Inclusive encontrei um prédio muito melhor para a PF, que é aquele que fica do lado da Central do Brasil e da Secretaria de Segurança. Teria sido muito melhor para a Polícia Federal ir para lá, fica do lado da Polícia Civil, do quartel-general da região leste, tem um perímetro de segurança interessante ali. E esse prédio não pode ficar fechado, porque bloqueia um quarteirão inteiro; tem que haver a possibilidade de atravessá-lo por dentro. O ideal seria uma universidade ali, para trazer a juventude para a área portuária. Isso é um problema que ainda precisa ser resolvido.**

Para finalizar, acho que a revitalização da Zona Portuária está a meio caminho, muita coisa ainda vai acontecer, não dá para saber nesse momento se será um grande sucesso. Existem projetos de revitalização de áreas portuárias que inicialmente têm muita dificuldade e só acontecem depois, foi o caso de Canary Wharf. Tem casos que são sucesso imediato, como Roterdá. Então eu acho que está em aberto, no momento.

# “Os benefícios dos projetos diretamente ligados aos Jogos Rio 2016 já existem.”

Joaquim Monteiro é o presidente da Empresa Olímpica Municipal, órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro que coordena a execução dos projetos e atividades municipais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A função da empresa é zelar para que os projetos sejam entregues conforme orçamento, objetivos, prazos, padrões de sustentabilidade e qualidade estabelecidos, garantindo um legado positivo para a sociedade.

O executivo tem 34 anos e é formado em Administração de Empresas pela PUC-RJ, com especialização em marketing esportivo e broadcasting pela Universidade de Nova York. Trabalhou nos Jogos de Londres-2012 na área de logística & operações da cidade do Comitê Organizador, mais especificamente na organização da ‘last mile’ (entorno imedia-



to das instalações esportivas), na gestão de crise e na gestão de fluxo de multidões. Antes de entrar na administração pública, atuou por 10 anos no setor de entretenimento e marketing.

**P: Quais serão os principais legados econômicos, de infraestrutura e de imagem para a cidade do Rio de Janeiro das Olimpíadas 2016?**

R: Os benefícios dos projetos diretamente ligados aos Jogos Rio 2016 já existem. O novo Sambódromo foi inaugurado para o Carnaval de 2012. Com a reurbanização da Praça do Trem e de aproximadamente 40 ruas do entorno do Engenho, assim como a construção do Viaduto da Abolição, todo o bairro do Engenho de Dentro, na Zona Norte do Rio, será transformado, com significativas melhorias em mobilidade urbana e em lazer.

O projeto do Parque Olímpico prevê que equipamentos espor-

tivos e novos empreendimentos formarão um novo bairro residencial – de tamanho equivalente ao bairro do Leme – que será referência para a cidade. Será um bairro com novos componentes de eficiência energética, sustentabilidade e acessibilidade. Também após os Jogos, o local será um amplo complexo esportivo e educacional destinado a estudantes da rede municipal e a atletas de alto rendimento, com uso compartilhado por projetos sociais e eventos.

Outra preocupação da Prefeitura foi adotar o conceito de arquitetura nômade para os equipamentos temporários sempre que possível. O objetivo é garantir que essas estruturas sejam utiliza-

das em equipamentos permanentes para a cidade, transformando os equipamentos temporários em outros usos pós-Jogos. Um bom exemplo é a Arena do Futuro, que após 2016 será transformada em quatro escolas municipais.

No Complexo Esportivo de Deodoro, o circuito de canoagem slalom e a pista de BMX farão parte de um Parque Radical aberto ao público, que pode atender cerca de 1,5 milhão de pessoas de 10 bairros e três municípios vizinhos, numa região com grande concentração de jovens e carente de áreas de lazer.

Entre os projetos que não são exclusivamente desenvolvidos para o evento, mas foram impulsionados pelos Jogos Olímpicos, a

Transoeste já diminui pela metade o tempo de viagem de quem faz o trajeto Santa Cruz-Alvorada. No setor de transportes, o novo sistema de ônibus expressos e de alta capacidade (BRTs), do qual a Transoeste faz parte, vai aumentar o uso de transportes de alta capacidade de menos de 20% (dados de 2012) para mais de 60% até 2016. As primeiras intervenções do Porto Maravilha devolveram à cidade tesouros arqueológicos, como o antigo Cais da Imperatriz e os Jardins Suspensos do Valongo, e criaram novas opções culturais, como o Museu de Arte do Rio. O Centro de Operações Rio funciona desde 2010 com 400 profissionais trabalhando em três turnos, 24 horas

por dia, realizando monitoramento constante e ações integradas.

Além do legado tangível, o evento também está impulsionando o desenvolvimento de outras ações que renderão frutos permanentes. O Rio Criança Global universalizou o ensino do inglês nas escolas municipais. O programa Ginásio Experimental Olímpico (GEO) tem como objetivo dar oportunidade para os alunos da rede municipal com aptidões esportivas desenvolverem seu potencial sem abrir mão de uma educação de excelência. Além disso, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos serão uma importante ferramenta de divulgação e fortalecimento da “marca Rio de Janeiro”, mostrando alegria, beleza, capacidade de realização, cultura, profissionalismo e uma cidade que é destino turístico, de eventos e de negócios. As competições dos Jogos Rio 2016 somarão 5.600 horas de transmissão ao vivo. Nos Jogos de Londres 2012, a audiência global foi de 4,8 bilhões de pessoas.

**P: Qual é o investimento total de dinheiro público no evento? Qual é o investimento total privado? Por favor, especifique as principais unidades da federação, entes e empresas destinadoras dos recursos. Os legados são condizentes com os investimentos?**

R: Para cada R\$ 1 destinado a instalações esportivas, R\$ 5 são investidos em projetos de legado, que estão transformando a cidade e a vida das pessoas. **O orçamento total dos Jogos é de R\$ 38,2 bilhões, sendo R\$ 21,8 bilhões de investimento privado (57%) e R\$ 16,4 bilhões de investimento público (43%). O orçamento total é dividido em três: Comitê Organizador (R\$ 7 bilhões, sendo 100% privado), Matriz**

**de Responsabilidades (R\$ 6,6 bilhões, sendo 64% de investimento privado e 36% de investimento público) e Plano de Políticas Públicas – Legado (R\$ 24,6 bilhões, sendo 43% de investimento privado).**

**No que se refere às instalações esportivas, do orçamento de R\$ 6,6 bilhões da Matriz de Responsabilidades, R\$ 4,93 bilhões, ou 75%, foram viabilizados pela Prefeitura e R\$ 1,67 bilhão, ou 25%, são do Governo Federal. Do total viabilizado pela Prefeitura, 86% é dinheiro privado (R\$ 4,24 bilhões) e 14% é dinheiro do Tesouro Municipal (R\$ 690 milhões). Enquanto a Prefeitura investe R\$ 690 milhões em instalações esportivas para os Jogos de 2016, terá aplicado R\$ 10 bilhões, entre 2009 e 2016, em novas unidades de Saúde e Educação.**

**P: Uma das críticas ao projeto é a opção pela concentração de eventos e novos equipamentos na Barra, área nobre da cidade, ao invés de situá-los na Zona Portuária ou outras áreas degradadas. Como você responde a essa crítica?**

R: Exatamente para beneficiar um número maior de moradores, o projeto olímpico foi distribuído em quatro regiões: Deodoro, Maracanã, Copacabana e Barra da Tijuca. A requalificação urbana acontecerá nas quatro áreas e em seus arredores, beneficiando um total de 2 milhões de moradores. Para cada uma, foi feito um planejamento distinto, de acordo com o perfil da área. Copacabana e Flamengo, por exemplo, concentrarão instalações provisórias, já que o adensamento populacional da área não é condizente com novas construções permanentes.

A Barra da Tijuca e seus arredores, na Zona Oeste, dispunham de terrenos capazes de abrigar instalações amplas, como o Parque Olímpico, a Vila dos Atletas, o campo de golfe e o Parque dos Atletas. Além de estimular a urbanização destes locais, estes projetos impulsionaram também investimentos em transporte e infraestrutura, como a implantação dos corredores de BRT – sistemas de transporte de alta capacidade – e a promoção de melhorias viárias, que permitirão melhorar a articulação com o restante da ci-

dade e ampliarão o potencial desta área e de suas proximidades. Além da Barra, as áreas do Centro e da Zona Norte já são beneficiadas por projetos diretamente ligados aos Jogos ou impulsionados pelo evento. Na região do Engenho de Dentro, coração da Zona Norte, a remodelação das estações de trem e a construção da Transcarioca alavancam um processo já em andamento – a região conta com novos shoppings, supermercados, torres de escritórios e unidades habitacionais. A expectativa é que, em Deodoro, o Parque Radical e a Transolímpica também atraiam mais investimentos e novas construções. Já a Região Portuária, no Centro, passa por uma ampla revitalização.

**P: A crise econômica brasileira e queda dos rendimentos com royalties do petróleo estão prejudicando os investimentos? O que vai deixar de ser feito? Há uma preocupação entre alguns economistas com o perfil do endividamento do Município. A Prefeitura conseguirá rolar dívida no pós-Olimpíadas?**

R: Todos os projetos de responsabilidade do município estão seguindo o cronograma previsto. Durante o desenvolvimento de suas ações, a Prefeitura apresentou soluções para reduzir o uso de recursos públicos. Parcerias Público-Privadas e a atração de investimentos privados foram fundamentais para atingir este objetivo. Essas iniciativas garantem a sustentabilidade financeira da cidade e, ao mesmo tempo, viabilizam importantes projetos, como a construção do Parque Olímpico e da Vila dos Atletas, a reforma do Sambódromo, assim como a revitalização da Região Portuária.



# Rio 2016 e as empreiteiras que já venceram antes do jogo começar

## Introdução

Agosto marca a contagem de um ano para a abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Entramos na reta final da preparação para o megaevento, mas por trás do esporte, que deveria ser o protagonista, as obras e seu legado têm ganhado destaque quando o assunto é Rio 2016.

As obras são apresentadas como fundamentais para a melhoria da infraestrutura da cidade, entretanto servem a um projeto excludente e de concentração econômica. Portanto, queremos propor uma reflexão sobre quem está ganhando o ouro – nossos recursos públicos – com esse megaevento.

Através dos gastos do município e do estado do Rio de Janeiro, envolvidos nos grandes projetos olímpicos, abordaremos em que medida os megaeventos, Copa/2014 inclusive, têm beneficiado o setor de construção civil, em especial as grandes empreiteiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, OAS e Queiroz Galvão). Afinal, todos os principais projetos olímpicos e legados têm a participação de pelo menos uma das cinco maiores construtoras do país.

Como é de conhecimento público, as obras dos projetos olímpicos envolvem recursos das esferas municipal, estadual e federal, além da participação do setor privado. A presente pesquisa se restringiu aos dados orçamentários municipais e estaduais relacionados ao Rio2016, nossos objetos

de estudo, pois o orçamento federal envolve outra dinâmica e de intensa participação das empresas focadas em outros tipos de despesas – algo que dificultaria o isolamento dos “gastos olímpicos”. Assim, buscamos os dados das empresas a partir de dados disponíveis nos portais *Rio Transparente* e *Portal Transparência*. Para dados sobre o desempenho econômico das empreiteiras, utilizamos como fonte a revista Valor Econômico – Grandes Grupos, durante o período de 2005 a 2013, além do próprio site da Rio 2016.

Ressalte-se que os contratos entre empresas e poder público não configuram em si irregularidade. Obviamente, a influência das empreiteiras nos governos torna a política extremamente dependente do dinheiro dessas empresas, principais financiadoras das campanhas eleitorais, influenciando diretamente nos rumos democráticos do País. Não à toa, a promiscuidade entre as duas esferas é apontada como constante fonte de favorecimento e corrupção.

Esta pesquisa foi feita em parceria com o PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul e os dados apresentados estão em moeda corrente.

## Os inquestionáveis vencedores

### Recursos municipais

As “cinco irmãs” participam da construção de duas grandes obras de mobilidade urbana: Transolím-



IMAGEM ILUSTRATIVA DO VLT (VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS)

pica, que ligará os bairros de Recreio dos Bandeirantes e Deodoro e o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), uma obra de inovação no Centro e Região Portuária. Somente nessas duas obras, os valores comprometidos nos contratos são de quase R\$ 3 bilhões.

Cabe assinalar que as principais empreiteiras, além da execução das obras olímpicas, possuem a própria concessão dos projetos de maior expressão, decorrentes de uma intrincada e complexa participação acionária.

Além das obras, é possível contabilizar os gastos municipais da Secretaria Especial da Copa e Rio 2016 e Empresa Olímpica Municipal, a partir de 2009 até a Lei Orçamentária de 2015.

A soma do total já gasto e o previsto para o exercício de 2015 chega a R\$ 80 milhões. Esses valores, em geral, são destinados a concessionárias de serviços públicos, contratos com empresas de consultoria, manutenção e desenvolvimento de informática e

gastos com pessoal. A diferença de patamar de valores entre duas obras olímpicas e os gastos do órgão “centralizador” dos megaeventos exemplifica a dificuldade de se identificar o que deve ser considerado custo olímpico e, conseqüentemente, as empresas favorecidas.

### Recursos estaduais

Os maiores contratos do Estado diretamente relacionados às empreiteiras se dão pela Secretaria de Obras, somando R\$ 1,3 bilhão, com projetos de obras e serviços complementares em rodovias, urbanização e infraestrutura do Maracanã, Arco Metropolitano, entre outros. Destaque também para os contratos com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, em que todas as empreiteiras atuam em projeto de reabilitação de praias, dragagem e limpeza do sistema hidrográfico, recuperação de rios e lagoas, obras de encostas e reabilitação da rede férrea. Juntos, esses projetos somam quase meio bilhão de reais.



### A medalha de ouro

A empresa mais beneficiada é, sem dúvida, a Odebrecht. Ela concentra os maiores contratos com 16 secretarias estaduais, tendo recebido cerca de R\$ 1,1 bilhão. A empreiteira também é responsável pelo consórcio Linha 4 do Metrô, junto com a OAS; pela reforma do Maracanã, com a Andrade Gutierrez; e tem ainda as concessões para explorar o Estádio do Maracanã e a Supervia, com 60% da concessionária através da Odebrecht TransPort. Já no município, é a empreiteira que opera mais obras (sete): Porto Maravilha; Transolímpica; VLT Carioca; Vila dos Atletas; Parque Olímpico da Barra; Duplicação do Elevado do Joá e Saneamento da Zona Oeste.

Enfim, é a empresa que mais recebe recursos do poder público (estado e município do Rio de Janeiro) e que concentra o maior número de contratos. A soma destes é de R\$ 20 bilhões aproximadamente, mais que o dobro da segunda colocada, a OAS, cuja soma é de R\$ 9,9 bilhões. A Queiroz Galvão vem em terceiro lugar, com R\$ 8,5 bilhões em contratos.

Já as empreiteiras Camargo Correa e Andrade Gutierrez somam, juntas, R\$ 6,2 bilhões em contratos. As duas empresas estão presentes em concessões de vias ro-

doviárias através da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR).

Coincidentemente ou não, a Odebrecht é líder em faturamento dentre as cinco grandes, segundo o ranking dos 200 maiores grupos econômicos, feito pela revista Valor Econômico. Aliás, a Odebrecht é líder em termos de lucro bruto em todo o período analisado. No ranking geral, tem oscilado entre o 6º e o 15º lugar entre 2005 e 2013, mas nunca deixando de ser a primeira entre as aqui analisadas.

Esse histórico de liderança não é recente: iniciou-se no período da ditadura, por meio de envolvimento em grandes obras e licitações, e segue até hoje.

### Considerações Finais

No presente contexto em que pipocam vários escândalos de corrupção, as empreiteiras ocupam o desonroso lugar mais alto do pódio. Por conseguinte, associamos as cinco irmãs – Odebrecht<sup>1</sup>, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, OAS e Queiroz Galvão – com a lista dos envolvidos nas Operações Lava-Jato, Zelotes e Fifa.

Seja pelos valores envolvidos, seja pela concentração de contratos em poucas empresas como destinatárias dos recursos públicos, não há dúvidas sobre quem já começa o jogo ganhando um ano antes da Rio 2016.

Zelotes

Fifa

Lava-Jato

#### Patrocinadores e Apoiadores Oficiais

Bradesco

McDonald's

Sadia (BRFoods)

Visa

Nike

#### Projetos Olímpicos / Plano de Legados

Camargo Corrêa

Odebrecht

Andrade Gutierrez

Camargo Corrêa

OAS

Grupo Galvão

#### Transmissão

RBS  
(Rede Globo)J. Hawila  
(Afiliado Rede Globo)

### O estranho participante desconvidado: o caso da International Security and Defense Systems








As Olimpíadas deveriam ser espaço de promoção de dignidade humana e da paz. No entanto, a empresa israelense ISDS (International Security and Defense Systems) foi anunciada em 2012 como responsável pelas operações de segurança dos Jogos Olímpicos de 2016, em um acordo de US\$ 2,2 bilhões.

A ISDS tem em seu histórico contratos para treinamento de militares e paramilitares nas ditaduras da América Latina, como Honduras, Guatemala e Nicarágua, e, hoje, está envolvida diretamente no esquema militar de Israel na Palestina.

Após protestos internacionais, em março deste ano o governo federal anunciou que não terá nenhum contrato com a empresa. No entanto, a ISDS continua como “Fornecedora Oficial” dos Jogos, em contrato com o Comitê Olímpico Internacional, tendo sua logo vinculada ao evento.

**Fontes:** BELISÁRIO, Adriano. As quatro irmãs. 30 de junho de 2014. Disponível em: < <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>>. Acesso em: 20/07/2015. Prospecto de divulgação do Comitê Popular Copa e Olimpíadas do Rio. Realizado pelo Instituto Mais Democracia. Fevereiro de 2014.

**I** É digno de registro que, mesmo após o escândalo da Lava-Jato ter posto várias empresas em risco de inidoneidade (proibindo a participação em licitações e contratos com a administração pública), a Odebrecht conseguiu uma injeção de quantias significativas de bancos nacionais e internacionais para suprir suas dívidas.

					
Projetos Olímpicos Plano de Legados	Parque Olímpico da Barra 1,6bi* / Transolímpica R\$ 1,7 bi / VLT 1,2bi* / Linha 4 do Metrô 8,5bi* / Porto Maravilha R\$ 8,2 bi / Vila dos Atletas / Duplicação do Elevado do Joá / Saneamento da Zona Oeste	Parque Olímpico da Barra 1,6bi* / Transolímpica R\$ 1,7 bi / Despoluição das Lagoas da Barra	Transolímpica R\$ 1,7 bi / VLT 1,2bi*	Complexo Deodoro / Porto Maravilha R\$ 8,2 bi / Transolímpica R\$ 1,7 bi / Despoluição das Lagoas da Barra	Complexo Deodoro / Linha 4 do Metrô R\$ 8,5 bi* / Saneamento da Zona Oeste / Despoluição das Lagoas da Barra
<b>Período de 2009 a 2013 (valores em milhões)</b>					
Contrato 	856,9	817,1		452,0	40,0
Contrato 	788,4		10,1	96,1	263,7
Receita Bruta	346.870,4	90.263,5	106.026,7	30.574,5	39.531,5
Lucro Líquido	2.862,9	2.659,4	4.324,1	608,8	921,8
<b>Ranking 2013</b>	<b>8°</b>	<b>33°</b>	<b>30°</b>	<b>74°</b>	<b>67°</b>

OBS: A título de exemplo e mesmo desconsiderando os valores recebido pela União, as “cinco irmãs” com exceção da Camargo Correa obtiveram de 30% a 90% dos seus respectivos lucros com recursos oriundo dos governos do estado e município do Rio de Janeiro no período de 2009 a 2013 (vide detalhes na nossa página virtual).

## Isenções Olímpicas

As empresas relacionadas ao COI, COB e Comitê Organizador dos Jogos foram favorecidas com isenções e incentivos fiscais.

A Lei Municipal nº 5.230/2010, de autoria do Poder Executivo, trata dos incentivos fiscais relacionados à Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Ela isenta de IPTU e ITBI, além de reduzir a alíquota do ISS, hotéis, pousadas, resorts e albergues. Também isenta do ISS os serviços que sejam diretamente relacionados à organização e realização dos Jogos e a eventos a eles relacionados (incluindo mídia credenciada, patrocinadores e as emissoras anfitriãs dos jogos). Os imóveis de propriedade ou posse do Comitê Organizador de 2016, ou a ele cedidos, estão isentos dos tributos municipais.

Em nível estadual, empresas que tenham relação com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos ficam isentas do ICMS nas operações com aparelhos, máquinas, instrumentos e produtos destinados à rea-

lização do evento. Essa isenção se aplica à aquisição de energia elétrica e utilização dos serviços de transporte intermunicipal e interestadual e de comunicação pelo Comitê Organizador.

Em nível federal, a Lei 12.780/2013 isenta de tributos federais o COI e empresas a ele vinculadas e domiciliadas no exterior na prestação de serviços, obras e produtos para os Jogos. O COI recebe ainda mais isenções. Com isso, o COI e as empresas vinculadas se diferem do restante da sociedade por deixarem de pagar os devidos tributos.

Embora o mecanismo de incentivo fiscal possa ser usado para estimular determinado setor econômico, salta aos olhos como as isenções para as empresas envolvidas nos megaeventos atuam como mecanismo de favorecimento aos grandes grupos econômicos, uma vez que os megaeventos esportivos sempre apresentam para seus organizadores um elevado lucro.

**FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ** ([fporiodejaneiro@gmail.com](mailto:fporiodejaneiro@gmail.com) ou 2103-0120)

Coordenação: Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes: Est. Camila Bockhorny, Est. Karina Melo, e Est. Mariana Vantine. Esta matéria contou com a colaboração do PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul, através de seus integrantes Júlia Bustamante, Miguel Borba e Gabriel Strautman.

## Debate aprofundado marca V Encontro de Economia da Região Sudeste

■ Economistas reunidos no V Encontro de Economia da Região Sudeste, realizado no prédio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro nos dias 6 e 7 de agosto, promoveram um debate de alto nível sobre os principais temas econômicos do país. O tom geral foi de crítica à política econômica recessiva do segundo governo Dilma, mas de repúdio às tentativas de quebra da ordem democrática.

Reinaldo Gonçalves, do IE/UFRJ, realizou a palestra de abertura do Encontro na noite de 6 de agosto. Crítico incisivo dos governos do PT, Reinaldo teceu um quadro preocupante do modelo econômico “Liberal Periférico” do país e alertou para a vulnerabilidade externa da economia brasileira.



Roberto Olinto Ramos

No segundo dia do evento, a mesa “Indicadores Econômicos e Sociais do Brasil” reuniu os palestrantes Márcio Pochmann, professor e pesquisador da Unicamp e presidente da Fundação Perseu

Abramo; Paulo Jannuzzi, secretário de avaliação e gestão de informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Roberto Olinto Ramos, diretor de pesquisas do IBGE. O conselheiro do

Corecon-RJ Miguel Pinho Bruno, do IBGE, foi o moderador.

No mesmo dia à tarde, Antonio Corrêa de Lacerda, consultor e professor da PUC-SP e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), e João Antônio de Paula, professor da UFMG, debateram o tema “Política Macroeconômica para o Futuro”. João Paulo de Almeida Magalhães, decano dos economistas brasileiros, moderou a discussão.

No encerramento, o economista José Carlos de Assis apresentou as linhas gerais de uma minuta de projeto de lei que tem como objetivo estimular a retomada da economia brasileira e do processo de geração de empregos a partir dos investimentos da Petrobras.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES

Nos termos da Lei nº 6.537/78, Art. 1º §2º e 3º, Art. 5º, Art. 6º § 1º, 2º e 4º e Art. 7º; Lei nº 1.411/ 51, Decreto nº 31.794/52, parágrafo único do Art.22, Art. 30 letra h, Art. 35; faço saber que no dia **27 (vinte e sete) de outubro de 2015** das 8 (oito) horas até às 24 (vinte e quatro) horas e, no dia **28 (vinte e oito) de outubro de 2015** das 0 (zero) horas até às 20 (vinte) horas, horário de Brasília, serão realizadas eleições para renovação do **3º Terço** de conselheiros efetivos e suplentes do CORECON-RJ, e de delegados-eleitores, efetivo e suplente, junto ao Colégio Eleitoral do COFECON, da seguinte forma: **1.** 03 (três) conselheiros regionais efetivos e 03 (três) conselheiros regionais suplentes para integrar o Plenário do CORECON-RJ, com mandato de 03 (três) anos: (2016/2018); **2.** 01 (um) delegado eleitor efetivo e 01 (um) delegado eleitor suplente para integrar o Colégio Eleitoral do COFECON; **3.** Presidente e Vice-Presidente para a gestão de 2016, em regime de consulta a ser ratificada pelo Plenário do CORECON-RJ, nos termos de sua Resolução nº. **314/15**. O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do dia seguinte desta publicação encerrando-se às 17h do dia **15/09/15** e será feito na sede do CORECON-RJ, localizada na Avenida Rio Branco 109, 19º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, no horário das 09 às 18 horas. A eleição será realizada conforme dispõe a Resolução nº. **313/15**.

Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, e quites com suas anuidades ou com o parcelamento dos débitos referentes às mesmas, até o dia 21/10/15, bem como os registrados na condição de remidos, não sendo permitido o voto por procuração. Os trabalhos de apuração serão realizados às 20h30 do dia 28/10/2015, na sede do CORECON-RJ, imediatamente após encerrado o período de votação. As instruções quanto aos procedimentos eleitorais serão encaminhadas previamente pelo CORECON-RJ através de correspondência. Ficam designados, para compor a Comissão Eleitoral, responsável por presidir o processo eleitoral, os Economistas Antonio Melki Júnior, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Marcelo Pereira Fernandes, como membros efetivos e o Economista Jorge de Oliveira Camargo, como membro suplente. A presidência da Comissão será exercida pelo Economista Antonio Melki Júnior. A primeira reunião desta Comissão Eleitoral para análise e julgamento do registro da(s) chapa(s) inscrita(s) juntamente com seus respectivos candidatos será realizada na sede do CORECON-RJ, em 17/09/15 às 18h.

**Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015**  
José Antônio Lutterbach Soares  
Presidente

### Carteiras profissionais

As carteiras profissionais emitidas em 2010 perderão a validade em 2015. Para solicitação de nova carteira e/ou outras informações, procure a Secretaria de Registros na sede do Corecon-RJ na Av. Rio Branco, 109, 19º andar, Rio de Janeiro. Horário de funcionamento: segunda a sexta-feira das 9h às 18h. Telefones: (21) 2103-0113, 2103-0114, 2103-0115, 2103-0116, 2103-0130 e 2103-0131.